

A ATUAÇÃO DAS ONGs NA PRIMEIRA FASE DO MOVIMENTO AMBIENTAL EM SERGIPE (1983-1992)

THE ROLE OF NGOs IN FIRST PHASE OF ENVIRONMENTAL MOVEMENT IN SERGIPE (1983-1992)

Matheus Pereira Mattos FELIZOLA¹
Fernando Bastos COSTA²

RESUMO

A pesquisa em tela teve por objetivo principal estudar o surgimento, o papel e a estrutura dos movimentos ambientais sergipanos entre 1983 e 1992. Período histórico que vai do surgimento das primeiras organizações ambientais no estado até o ano de 1992, que atraiu a atenção mundial para o problema do meio ambiente na conferência do Rio de Janeiro. Esse objetivo foi norteado pela questão principal da pesquisa, que foi analisar a relação entre a missão, a estrutura e a ação das Organizações Ambientalistas em Sergipe no período de nove anos. A pesquisa surgiu da necessidade de mapear e avaliar criticamente o movimento ambiental em Sergipe observando desde o seu surgimento, até a eclosão da Rio 92, que modificou o formato e a atuação das ONGs no Brasil. Os procedimentos metodológicos focaram a pesquisa bibliográfica, levantamento nos jornais sergipanos, análise detalhada de nove “movimentos” selecionados e entrevistas em profundidade, semi-estruturadas, com atores sociais ligados ao tema. Como conclusão, observou-se que o ambientalismo em Sergipe, desde o seu surgimento, esteve associado ao resgate da consciência com relação ao meio ambiente, no combate a problemas de degradações locais, e na busca por uma legitimidade da opinião pública. E que nessa primeira fase denominada por muitos de “romântica” o movimento ambiental em Sergipe, galgou seus primeiros passos que foram fundamentais para a institucionalização das discussões ambientais no Estado e para o surgimento do Partido Verde.

Palavras-Chave: Ambientalismo, Movimentos Sociais e ONGs.

ABSTRACT

The research aimed to screen in the main study the emergence, role, and structure of environmental Sergipeans movements between 1983 and 1992. Historical period that goes from the emergence of the first environmental organizations in the state by the year 1992 drew world attention to the problem of the environment conference in Rio de Janeiro. This goal was guided by the main research question, which was to analyze the relationship between the mission, structure and action of Environmental Organizations in Sergipe in the historical period of nine years. The research arose from the need to map and critically evaluate the environmental movement in Sergipe watching from its inception until the outbreak of the Rio 92, which changed the shape and performance of NGOs in Brazil. The methodological procedures focused on the research literature, in newspapers Sergipeans survey, detailed analysis of nine "movements" and selected in-depth

¹ Professor da Universidade Federal de Sergipe

² Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

interviews, semi-structured interviews with social actors linked to the theme. In conclusion, we observed that environmentalism in Sergipe, since its inception, was associated with recovery of consciousness with regard to the environment, to combat the degradations local problems, and the search for legitimacy of public opinion. And that in this first phase is called by many "romantic" the environmental movement in Sergipe, climbed his first steps that were crucial for the institutionalization of environmental discussions in the State and for the emergence of the Green Party.

Keywords: Environmentalism, NGOs and Social Movements.

INTRODUÇÃO

A emergência da problemática ambiental tomou conta das agendas internacionais, especialmente a partir da década de 1960. Desde então, diversos fatores ocasionaram mudanças significativas na percepção da humanidade frente ao destino do planeta, lançando um olhar mais crítico em relação às ações do homem e suas consequências para a natureza. Embora a legislação ambiental tenha avançado nas últimas duas décadas, os problemas continuaram aumentando em todo o mundo.

Com a conferência de Estocolmo em 1972, passou-se a se questionar de forma mais contundente, o modelo econômico e social global até então adotado. A prática de um discurso ecológico alterou a percepção do modelo de desenvolvimento existente. Termos como *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável* saíram dos bancos acadêmicos e passaram a fazer parte do cotidiano de empresas e pessoas. Evidentemente todas essas mudanças acabaram surpreendendo os cientistas sociais, pois, até então, não havia um aporte teórico que pudesse fazer a ligação entre a sociedade e a natureza, embora registros históricos indicassem que manifestações relacionadas com o meio ambiente já existissem desde o final do século XIX³.

O aumento da preocupação com o meio ambiente gerou o surgimento de diversos movimentos em defesa do planeta, que procuravam alertar e melhorar as relações do homem com a natureza. No Brasil, os movimentos ambientais organizados aparecem somente na década de 1970, tendo como marco inicial da luta brasileira a AGAPAN –

³ O primeiro grupo ambientalista privado do mundo (Commons, Foot-paths, and Open Spaces Preservation Society) foi fundado na Grã-Bretanha em 1865. E em 1872, um decreto criou em uma área de 800 mil hectares o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo. Dados oriundos do livro "Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista". Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992 de MCCORMICK, Jonh.

Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural ⁴. Nesse período surgiram manifestações, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, contra o uso de agrotóxicos, usinas nucleares, queimadas, poluição das grandes cidades e principalmente a devastação da Amazônia. Esse último tema, foi responsável por um olhar mais aguçado dos países centrais para o caso brasileiro.

Embora grandes Organizações Não Governamentais - ONGs tenham surgido na década de 1960 e 1970, como a Rede WWF ⁵ e o Greenpeace ⁶, foi a partir da década de 1980, que a internacionalização desses movimentos ambientais organizados ganhou força em vários países. Essas instituições com atuações “profissionais” conquistaram grande prestígio junto à sociedade e à opinião pública, e foram fundamentais para alertar sobre os problemas ambientais em todo mundo, embora fosse questionado qual o real interesse existente por trás dessas Organizações não governamentais “multinacionais”.

No Brasil, o ambientalismo influenciou vários movimentos sociais, que incorporaram a proteção ao meio ambiente aos seus trabalhos, muito embora não a tivessem como foco principal de suas ações. Esses movimentos “transversais”, na percepção de autores como Bega (1998), Doimo (1995), Gohn (2000, 2004, 2005, 2008), Jacobi (1993), Ottmann (1995) Ribeiro (1998), Santos (1987) e M. Santos (1988) associavam diversas demandas, incluindo o meio ambiente de maneira adjunta a temas como educação, cultura, saúde e outros. Esses movimentos “híbridos” foram bastante comuns na década de 1980, pois, nesse período, não existia ainda uma proposta muito definida em termos práticos para o meio ambiente brasileiro e até mesmo a postura brasileira frente às decisões internacionais não era clara. Na década de 1980, surgiram os primeiros movimentos verdes organizados em Sergipe ⁷, porém pesquisas de

⁴ A Organização não governamental foi fundada em 1971, sendo pioneira do movimento ambientalista brasileiro. Foi idealizada por um dos mais importantes ambientalistas brasileiros de todos os tempos, o agrônomo Gaúcho José Antônio Lutzenberger que, além de fundar a ONG, chegou a ser secretário-especial do Meio Ambiente (1990-1992), no conturbado governo de Fernando Collor.

⁵ Essa organização com sede na Suíça foi criada em 1961, conhecida anteriormente como Fundo Mundial para a Natureza, consolidou-se como uma das principais instituições do mundo na área ambiental, tendo em 2011 quase cinco milhões de sócios (material colhido em documentos do WWF).

⁶ Fundado por 12 ambientalistas e jornalistas em 1971 em Vancouver, no Canadá. Segundo dados colhidos no Greenpeace de Portugal em dezembro de 2008, a ONG contava com 2,9 milhões de sócios em todo o mundo.

⁷ A ASPAM – Associação Sergipana de proteção ambiental de Sergipe é considerada como precursora do primeiro movimento social organizado em Sergipe, tendo sido criado no curso de Biologia da UFS. Além dele, existia também um movimento criado no curso de Geografia da UFS denominado “Pensar Verde”, entre o período de 1985 até 1991 que não chegou a ser

historiadores sergipanos comprovaram que conflitos pela posse de terra já existiam desde o século XIX, no estado ⁸. Nessa mesma década, membros de setores mais esclarecidos e financeiramente mais abastados, provenientes do meio acadêmico, militantes de partidos políticos, profissionais ligados diretamente a órgãos ambientais e ativistas sociais, formaram as primeiras organizações ecológicas em Sergipe. Esse perfil da fundação do movimento foi muito parecido com realidades observadas por autores como Landim (1993, 2002) e Oliveira (2008, 2009, 2010).

O trabalho em tela é parte de uma tese de doutorado, intitulada “A Trajetória dos Movimentos Socioambientais em Sergipe – Personagens, Instituições e Estratégias de Comunicação”, que teve como objetivo analisar “A estrutura das organizações na primeira fase do movimento ambiental em Sergipe 1983-1992”. Chamou-se de “primeira fase” o período compreendido entre 1983-1992, que é relativo ao tempo entre as primeiras organizações formadas no estado e o crescimento exponencial da criação das ONGs, a partir da conferência Rio-92. Tratou-se, então, de analisar detalhadamente os movimentos surgidos durante este período.

1. METODOLOGIA

A investigação foi restrita a duas organizações que atuaram em Sergipe, durante aquele período (ASPAM e Pensar Verde), embora sejam citadas mais duas instituições (AMABA e MOPEC); evidentemente que as conclusões baseiam-se apenas nos dados e realidades investigadas, embora se tentasse ao máximo buscar analisar instituições com perfis bem diferentes, em termos de organização, projetos, tempo de atividade e locais de atuação.

Buscou-se primeiramente neste trabalho, analisar de forma mais específica, o surgimento e fortalecimento dos movimentos ambientais no estado de Sergipe, perpassando pela caracterização de instituições ambientais que têm ou tiveram maior atuação no período histórico compreendido entre 1983 até o ano de 1992. Desta forma, pretendeu-se realizar um estudo de caso com ONGs, Institutos ou OSCIPS que tiveram

institucionalizado e é importante analisar que o PV – Partido Verde iniciou suas ações a partir do Pensar Verde, especificamente em 1987.

⁸ Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011, intitulado a “Extinção de aldeamentos e resistência indígena em Sergipe: 1840-1860”, por Pedro Abelardo de Santana.

atuação destacada em Sergipe. Para chegar a essas organizações, o percurso começou na avaliação dos Jornais sergipanos publicados entre 1972 e 1983, observando as instituições que foram mais citadas. A partir dessas informações, buscando-se comparar com cadastros das ONGs Ambientais face à junção de todas as informações, foi possível selecionar as duas organizações que seriam investigadas de forma mais específica.

Para tal objetivo, foram entrevistadas as duas principais lideranças do movimento, através de entrevistas em profundidade, bem como foi feito um mapeamento completo da estrutura organizacional dos dois movimentos estudados. O entrevistador já disponibilizava de uma grande quantidade de informações básicas a respeito de cada entrevistado, oriundas de publicações anteriores na mídia sergipana, de documentos oficiais ou de conversas informais realizadas. As etapas iniciais da entrevista foram paulatinamente dispensadas, salvo quando existiam divergências das fontes, quanto à veracidade das informações. Um problema que fragilizou algumas declarações, foi o profundo envolvimento do pesquisador com o campo de articulação dos movimentos ambientais em Sergipe, isso serviu, em alguns momentos como barreira para a não divulgação de informações preciosas a respeito do tema em questão.

Em relação ao universo e à amostra da pesquisa, é importante fazer alguns comentários. Primeiramente, uma das principais dificuldades do tema ambientalismo é delimitar o campo de pesquisa, ou seja, quais os atores envolvidos a serem investigados, pois desde uma empresa privada, a um ativista sem organização e uma ONG, todos são atores importantes no movimento. Optou-se por uma pesquisa que enfocasse o *Stricto Sensu* e o Socioambientalismo, muito embora dezenas de outros atores tenham sido investigados durante a pesquisa.

Em etapas preliminares, tanto nos jornais, como informalmente com partícipes do movimento, foi possível descobrir que, entre 1972 e 1983, existiram no estado, aproximadamente, quarenta conflitos ambientais, sendo um terço destes em Aracaju, e os outros achavam-se espalhados em municípios do interior. Esses dados preliminares serviram para mostrar o quanto a temática ambiental poderia ser um tema interessante para estudo, embora a data inicial dessa pesquisa tenha sido o ano de 1983, devido à criação da primeira ONG ambiental em Sergipe.

2. A DISCUSSÃO AMBIENTAL

Existe na literatura internacional um conflito referente à análise dos Movimentos Sociais, principalmente no tocante à causa do seu surgimento e dos seus principais desdobramentos ao longo dos anos. A própria noção de movimento social é algo extremamente complexo. Em um primeiro momento, de forma mais objetiva, pôde-se levar em consideração que se tratava de um processo social sem nenhuma necessidade de institucionalização e que, através de suas reivindicações, buscava mudanças na sociedade. Partindo dessa ótica, a dinâmica dos movimentos sociais estaria ligada aos diversos mecanismos associados à economia, à religião, à política e a conexões possíveis, em um conflito histórico das classes sociais, ou a partir de práticas sociais, com o objetivo profícuo de reais mudanças estruturais da sociedade.

Por "novos" movimentos sociais, a maior parte dos estudiosos compreende os movimentos feministas, ecológicos, contra a fome, contra a AIDS e outros, que sinalizam para um afastamento do caráter da luta de classes, fundamental para uma análise pelo viés marxista, na visão de Kauchakje (2010). Partindo dessa perspectiva, Torres (2003) ressalta que os novos movimentos sociais não deveriam apenas ser interpretados como movimentos políticos, pois representam práticas culturais e morais que potencializam a construção de identidades. O autor ainda adverte que esses movimentos surgem como demandas específicas e que tendem a independência das instituições tradicionais de legitimação política. Na visão de Gohn (2003, p159) “[...] Ao lado das lutas sindicais surgiram novos movimentos sociais de luta contra as discriminações ao negro, às mulheres, aos homossexuais e outras minorias; pela preservação da natureza e de bens do patrimônio histórico e cultural [...]”.

Surgem novas formas de identificar o sindicalismo ou as práticas associativas dos movimentos sociais, pois se estava lidando com um campo adverso relacionado com o capital organizacional. Os sindicatos acabam tendo relação direta com as empresas, as organizações não governamentais necessitam do apoio direto do Estado para participarem de editais de financiamento e conseguem sobreviver diante de um ambiente empresarial, com diversos “concorrentes”. Tanto em se tratando das outras ONGs, como também das fundações e dos institutos mantidos pelas próprias empresas particulares, essa pseudo-cooperação enfraquece a própria noção de cidadania e retira o trabalhador da luta pelas melhorias em sua própria condição de vida, suscitando novas formas de reivindicação das

classes trabalhadoras, através dos movimentos sociais, na perspectiva dos autores (CARVALHO, 1995; COELHO, 2000; CAMARGO, 2001 e COSTA, 1992).

Em relação aos novos atores sociais, a autora Scherer-Warren (1999) lembra das múltiplas oportunidades que surgem para os atores ambientalistas, tais como: parceria com o poder público, algo muito comum na atuação das ONGs, nas pressões institucionais, principalmente no tocante às modificações de leis e agendas governamentais, na formação da opinião pública, na organização de eventos públicos buscando a sensibilização da grande mídia e na vigilância cidadã.

O Conceito de ecodesenvolvimento surge com Maurice Strong ⁹ (Diretor Executivo do PNUMA) em 1973, mas foi com Ignacy Sachs que ele ganhou uma formulação mais abrangente, unindo, além dos aspectos ambientais, os sociais, os de gestão participativa, os éticos e os culturais. Os princípios do *ecodesenvolvimento* que foram formulados por Sachs (1986) teriam seis vertentes: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação. O conceito de desenvolvimento, que é extremamente complexo, passou a incluir, a partir desse momento, uma visão qualitativa e de multiplicidade, que considerava o homem e sua relação com o meio ambiente, permitindo que a partir de então não só o PIB de um país fosse levado em conta na hora de avaliar o crescimento, mas também os impactos ambientais que tal avanço poderia acarretar e os impactos sociais a ele relacionados. Na visão de Leff (2006), “[...] em resposta a essa crise ambiental, foram propostas e difundidas as estratégias do ecodesenvolvimento, postulando a necessidade de se criar novas formas de produção e estilos de vida [...]” (LEFF, 2006, p. 135).

Pode-se afirmar que, a partir da década de 1980, os interesses comuns, a própria noção da ausência de fronteira e a ligação mais aprofundada de questões econômicas, sociais e ambientais foram a tônica do discurso governamental. O movimento ambiental começou a participar das discussões de agendas internacionais, o próprio conceito de cooperação internacional perpassa, a partir de 1980, pela própria questão ambiental. Problemas surgidos ainda na década de 1980 continuavam “atuais”, tais como: camada de ozônio, aquecimento global, poluição atmosférica, questão dos resíduos sólidos, perda de

⁹ Nascido no Canadá, foi secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de novembro de 1970 até 1972, e posteriormente se tornou o primeiro Diretor Executivo do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) em Nairobi, Quênia (entre 1973- 1975). Material retirado do Source Watch.

qualidade de vida nos grandes centros urbanos, vários assuntos que acabam tendo ligação direta com o problema ambiental.

Outro fator fundamental para a discussão ambiental foi o da ação de grupos ambientalistas internacionais, pois esses grupos decidem atuar fora da região específica onde foram criados, e acabam tendo uma conduta que chama a atenção da mídia e também da população em geral. Evidentemente essa ação globalizada é reflexo de um agendamento proposital relacionado a algum interesse macro. Uma questão importante, surgida após 1987, quando do lançamento do relatório “Nosso futuro comum”, foi a gravidade dos problemas ambientais. Alguns pontos mereceram maior atenção no relatório Brundtland. Por exemplo, a necessidade de analisar o problema da pobreza internacional como um problema ambiental, pois surgia devido à exploração excessiva dos recursos naturais. Torna-se evidente que o ambientalismo internacional foi fruto de uma mistura de tendências, movimentos e correntes doutrinárias. E que o próprio movimento tem em seu cerne, a relação entre a cultura, a ciência, a política e a economia.

Em resumo, o relatório indicou o aumento dos gases e efeito estufa na atmosfera e alertou o seu risco para a humanidade. Faz-se importante lembrar que esses gases estavam diretamente relacionados com o aumento da média da temperatura da terra. O Relatório Brundtland (1991) foi importante também por gerar a conhecida definição de desenvolvimento sustentável, que segundo o próprio trecho do relatório significa: “O desenvolvimento que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas”. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável seria a busca pelo equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, relação bastante criticada pelos ambientalistas. Na ótica de Giddens (2001, p.487):

O Relatório Brundtland foi alvo de muitas críticas, assim como havia acontecido com o relatório do clube de Roma cerca de 25 anos antes. Os críticos consideravam a noção de desenvolvimento sustentável muito vaga e omissa em relação às necessidades específicas dos países mais pobres.

Após o relatório, um ponto fundamental para a discussão ambiental no mundo, foi o da organização da Conferência do Rio de Janeiro, que aconteceu em 1992, tendo sido resultado de uma convocação mundial feita pela Assembleia Geral da ONU, em 1989. A ideia desse encontro surgiu da necessidade de promover uma reunião para criação de um plano estratégico, com o objetivo de coibir o processo de degradação ambiental. O evento gerou um documento, chamado de Agenda 21, que contém 27 princípios inter-

relacionados que poder prever as bases para se alcançar o Desenvolvimento Sustentado em escala mundial.

3. ANÁLISE DO AMBIENTALISMO EM SERGIPE

Para facilitar o entendimento dos dados que surgem a partir da análise de cada momento histórico em Sergipe, tornou-se imperativo fazer uma rápida apresentação de cada movimento estudado no período, fazendo referência que já existia a motivação para fundar instituições com temática ambiental no Brasil. Em Sergipe, apenas três movimentos chamaram a atenção: a AMABA, que tinha a missão bastante específica de garantir a saúde dos moradores do bairro América, em Aracaju; a ASPAM, que tinha missão mais generalista; e o movimento que não se institucionalizou, o Pensar Verde (embrião do Partido Verde em Sergipe). Esses movimentos despertaram a atenção da população em determinados momentos, atraindo um grande número de pessoas, mas perdendo força no decorrer dos anos.

3.1. Descrição das ONGs atuantes no período

3.1.1. ASPAM – Associação Sergipana de Proteção ambiental

Primeira ONG ambientalista de Sergipe fundada em 1983, sua principal liderança foi o senhor Genival Nunes, que foi entrevistado diversas vezes durante a pesquisa. Trata-se de um dos mais emblemáticos ambientalistas sergipanos, pois além de assumir a presidência da ASPAM, o senhor Genival foi professor de Biologia em vários colégios de Sergipe, assessor de deputado estadual e participou da formação do capítulo do meio ambiente da Constituição Sergipana. Também foi presidente do órgão de fiscalização ambiental do estado e, até o ano de 2011, o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe.

Essa organização contava com a participação de professores da Universidade Federal de Sergipe – UFS e estudantes do curso de Biologia. Trouxe um caráter científico para o movimento no Estado. A organização deixou de funcionar em 1998, mas a pesquisa continuou até os dias atuais devido à importância nos vários “ambientalismos” sergipanos do Genival Nunes.

3.1.2. *Pensar Verde*

Movimento que surgiu nos diretórios acadêmicos da UFS, mas não chegou a ser institucionalizado. Por isso, os dados relativos ao ano da sua criação divergem, assim como a data de seu término. Mas, através de informações repassadas por sua principal liderança, o senhor Reinaldo Nunes, este movimento ambiental durou aproximadamente 10 anos, tendo começado suas atividades em 1985 e terminado em 1995, aproximadamente. O Senhor Reinaldo Nunes é outra pessoa fundamental para entender os caminhos do meio ambiente em Sergipe, pois em 2011 ele era presidente do Partido Verde, tendo sido também um dos seus fundadores. Foi, também, Secretário de Meio Ambiente e pré-candidato à Prefeitura de Aracaju pelo PV para as eleições de 2012. Daí é que surgiu o Partido Verde em Sergipe.

3.2. **O contexto ambiental entre 1983 e 1992 em Sergipe**

Com a abertura política, nos momentos finais da ditadura militar, iniciou-se um período interessante de participação da população no cenário político brasileiro, característica que também esteve presente em Sergipe, onde os movimentos populares ganharam força, com a criação de diversas associações, a reorganização dos sindicatos, e o surgimento de novos partidos que deram um novo impulso à sociedade civil nesse, na ótica de Peruzzo (2004).

Todos esses fatores foram fundamentais para uma mudança comportamental e possibilidade de uma releitura do conceito de cidadania em todo o estado. A ideia desse tópico foi trazer um apanhado geral das ONGs surgidas no período em tela, bem com identificar quais seus campos de atuação, suas principais pautas e metas, suas principais lideranças e suas relações com o Estado e com as empresas privadas.

Após uma exaustiva investigação nos jornais sergipanos, foi possível identificar as principais instituições que atuaram em Sergipe no período, fazendo um contraponto entre seus objetivos e suas reais realizações. Uma informação importante é que, traçando um panorama mais geral da atuação das instituições, é possível afirmar que quase não houve influência das ONGs nacionais ou internacionais no primeiro “momento” do ambientalismo em Sergipe, embora essa prática fosse bastante comum em outros estados brasileiros.

Pode-se dizer que o movimento ambiental em Sergipe surgiu como uma preocupação contra elementos emergenciais, sendo que, em seu nascimento, não teve apenas uma conotação focada em desejos ambientais mais gerais, ou seja, não interessava

aos ambientalistas sergipanos apenas os problemas mundiais como “a camada de ozônio” ou a “luta pela não adoção dos agrotóxicos”. Na verdade, o que guiava os “amantes pela natureza” eram questões de preservação da fauna e flora sergipanas, preocupação com a poluição dos rios e também a necessidade de buscar respostas para a poluição das fábricas, principalmente aquelas que produziam artigos químicos e repassavam para rios dentro da cidade de Aracaju, na percepção de Araujo (2008), Campêlo (2007, 2004, 2005, 2008), Freire (2002, 2004), Guimarães (2008), Moura (2010) e Silva (2007).

É importante destacar que, nesse período histórico, a visão do movimento ambiental ainda era muito primária na população em geral, tanto que os primeiros ambientalistas sergipanos provinham de um arquétipo estudantil que permitia leituras diferenciadas, pois no geral o tema não era discutido no Nordeste. Essa característica é tão importante que o pesquisador Viola (2003), na sua análise sobre o movimento ecológico entre 1974-1986, basicamente não faz qualquer referência ao Nordeste enquanto potencialidade para o desenvolvimento do movimento ambiental. Tanto que em determinado momento do texto, ele chega a afirmar que a “[...] complexidade de relações e alinhamentos no interior do movimento ecológico é extraordinária, particularmente devido à grande diversidade regional do Brasil, mesmo no Sul-Sudeste que é o espaço de atuação do movimento ecológico” (VIOLA, 2003, p.6). Em outras palavras, pouco ou quase nada se sabia do movimento ecológico oriundo de outras regiões do Brasil, talvez pelo maior poder de alcance e de organização dos movimentos oriundos da região Sul e Sudeste.

Uma questão nacional que teve reflexo no caso sergipano foi a da criação do CONAMA ¹⁰ em 1981, formado por representantes de diversos órgãos da administração direta e indireta, que tinham participação direta na área ambiental. A partir desse período, as ONGs nacionais, começaram a buscar mais legitimidade, embora os conselhos estaduais e municipais de Meio Ambiente só começaram a ganhar força a partir de 1991. É interessante também observar que apenas em 1991 surgiu a ABONG, que iria cadastrar todas as ONGs existentes até então no Brasil.

Evidentemente que tudo que retratou o movimento ambiental em Sergipe tem ligação direta com outros fenômenos surgidos, a partir da década de 1980, pois em toda a América latina, viveu-se o final das ditaduras militares, e a volta dos exilados políticos.

¹⁰ Segundo dados colhidos no Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA tem como objetivo, assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

Além disso, desde a primeira metade do século passado, os modelos de produção Taylorista e Fordista foram demonstrando sua ineficácia. O próprio fenômeno da globalização, baseado na quebra de fronteiras, permitiu a reorganização do próprio capital que gerou um sistema político de dominação e de reestruturação do trabalho e, conseqüentemente, da gestão organizacional, que atingiu tanto as empresas privadas, como as ONGs.

Percebe-se, em Sergipe, que na atuação dos primeiros movimentos sociais, havia um afastamento proposital do Estado, embora em casos específicos houvesse certa ligação com a igreja como no emblemático caso do fechamento da fábrica de Cimento Portland, em que se pôde observar a junção entre o movimento popular e setores mais elitizados da opinião pública em Sergipe. Na ótica de Oliveira, houve “[...] três centros de elaboração de discursos suas respectivas matrizes discursivas: a Igreja Católica, com a Teologia da Libertação; grupos de esquerda desarticulados” (OLIVEIRA, 2007, p.66).

Na perspectiva geral do ambientalismo sergipano, num primeiro momento, o Estado seria um instrumento das classes mais abastadas e posicionadas estrategicamente, e a população ficava afastada das decisões e das ações dos interesses da iniciativa pública. Esse posicionamento combativo foi a tônica de movimentos como a ASPAM e o Pensar Verde, que, apoiados por fortes conceitos científicos, fizeram frente às grandes decisões relacionadas com o meio ambiente na década de 1990. Essas instituições buscaram ganhar espaço na mídia, implementando reivindicações para demonstrar a ausência do Estado para auxiliar as comunidades carentes. Além disso, essas instituições abusam das manifestações públicas para ganhar respaldo estatal e garantir o atendimento de suas demandas específicas. Embora algumas lideranças como o senhor Genival Nunes (ASPAM) encarem esse momento como “romântico”, fica evidente um real interesse em ganhar espaço nas decisões políticas em Sergipe.

Na percepção de Jacobi (2000, p.10),

Entre 1985 e 1991 ocorre um *boom* de novas entidades ambientalistas, entretanto a maior parte delas não sobrevive pela sua incapacidade em aglutinar grupos de militantes e voluntários. A maior parte das ONGs ambientalistas atua localmente, são amadoras, não tem sede, nem staff remunerado, e operam orçamentos inferiores a 50.000,00 dólares.

Pensamento corroborado por Scherer-Warren (2005), que ainda reforça que trabalhos na área das ONGs ambientalistas não são algo muito comum:

Portanto, menos atenção foi dada para as pesquisas sobre as organizações da sociedade civil (isto é, ações coletivas de grupos específicos) ou sobre o significado de suas ações, conflitos ou

resistências. Mesmo porque pouco significado poderia ser atribuído a este tipo de ação para o entendimento de uma possível mudança, concebida como diacrônica, macroestrutural, evolucionista (mudança de modo de produção) e positivamente progressista (do arcaico para o moderno). (SCHERER – WARREN, 2005, p.15)

Através de entrevistas cedidas pela principal liderança do Pensar Verde e da ASPAM, foi-nos informado que os movimentos chegaram a alcançar algo em torno de 30 voluntários cada um, mas que no decorrer do tempo, tornavam-se muito mais ações isoladas do que propriamente ações identificadas como um grupo. Reinaldo Nunes (Pensar Verde) afirma: “[...] no início existia uma motivação interessante por parte dos voluntários, depois essa motivação perdia a força, restando apenas uma ou duas pessoas em cada movimento [...]”. Na ótica de Genival Nunes (ASPAM): “[...] o movimento no início contava com grandes cientistas que puderam dar legitimidade às discussões propostas pela ASPAM”.

Na visão de Jacobi (2000, p.11), “[...] É importante destacar também o surgimento e fortalecimento de numerosos conselhos, consultivos e deliberativos, em várias áreas e em todos os níveis (federal, estadual e municipal) com a participação ativa de representantes de ONGs e movimentos sociais) [...]”. Tanto a ASPAM quanto o Pensar Verde participaram de várias instâncias consultivas, ações que aumentavam o respeito dos movimentos perante a sociedade e a visibilidade. A atuação da ASPAM foi bastante importante dentro do CONAMA, pois Genival conta que a ASPAM e outras instituições chegaram a invadir o Conselho Federal para ser ouvida, e que essas práticas eram normais na década de 1980, pois os movimentos ainda não tinham a legitimidade que têm hoje.

Uma das questões mais marcantes das décadas de 1980 e 1990 concerne o projeto ideológico do movimento ambiental. A ação dos movimentos investigados ficava mais focada nas denúncias relacionadas à devastação do mangue, à poluição dos rios e praias sergipanas e mangues em Sergipe. Os movimentos ambientais também tiveram outros momentos de mobilização, mas não tinham um projeto estratégico voltado para a busca pelo poder político. O que existia era uma junção de ideias vindas de outros estados, que acabaram levando o Pensar Verde a participar ativamente da formação do Partido Verde. Na percepção de Reinaldo Nunes, essa questão é uma das mais complexas, pois desde as primeiras eleições ele se torna candidato a vice-governador e a outros cargos públicos, embora segundo suas próprias palavras, ele tinha total certeza que não poderia ganhar as eleições. Na verdade, o que se almejava era a apresentação para a sociedade da problemática ambiental no estado. Na percepção de Dahrendorf (1992, p.177),

Os partidos verdes surgiram em muitos países europeus, e o “Raibow Group” no parlamento europeu preocupa muitos dos grupos políticos mais estabelecidos. Mas, na maioria dos casos, os verdes são meramente uma tradução de um movimento social para uma organização política.

Na ótica de Leff (2001, p.103), “[...] os movimentos ecológicos ou ambientalistas não emergem numa arena política deserta [...]”. Essa percepção ficou confirmada a partir da pesquisa em Sergipe. Percebeu-se que, nesta primeira fase (anos 1970) do movimento ambiental em Sergipe, ele teve um caráter de pressão contra as instâncias públicas, algo que Jacobi (2003) vai chamar de “bissetorialidade” do movimento ambiental, isto é, a disputa ideológica entre as agências ambientais estatais e algumas entidades ambientalistas. Essa relação é a tônica dos primeiros anos do ambientalismo em Sergipe (1980). Outra característica muito comum era o descrédito contra as pesquisas oriundas de grupos ligados à área ambiental, o que ficou claro tanto na percepção de Genival Nunes (ASPAM) quanto na de Reinaldo Nunes (Pensar Verde), pois na opinião dos dois, era algo comum aos “verdes” sergipanos, serem contrários às pesquisas repassadas pelos órgãos ambientais em Sergipe.

Em termos organizacionais, analisando a ASPAM, é possível identificar os primórdios de uma tentativa de gestão administrativa improvisada, em relação aos seus recursos. A ASPAM foi mantida pelos sócios e doações de pessoas físicas e jurídicas, embora essa prática não fosse muito comum na década de 1980). Ela possuía um estatuto de constituição e uma sede própria, embora os registros indiquem que recebia apenas os integrantes do movimento e basicamente não fazia reuniões estendidas. A partir da própria proposta do estatuto da ONG, existia uma assembleia geral, que era o principal órgão de gestão da ASPAM, demonstrando sua preocupação em termos de gestão democrática.

Na assembleia da ASPAM, todos os sócios ativos podiam participar e tinham a possibilidade de gerenciar qualquer ação dentro da estrutura da ONG, desde propor projetos, até mesmo tornar-se diretor em alguma instância administrativa. O núcleo de coordenação da ONG tinha o presidente eleito e mais um representante de cada equipe (ou diretor), sendo que a ideia era que ninguém passasse muito tempo como presidente, embora o senhor Genival tenha passado aproximadamente seis anos como principal liderança da associação.

Na visão de sua principal liderança, em entrevista cedida à pesquisadora Daniele Melo¹¹, o senhor Genival Nunes fala um pouco da ASPAM.

Na época da fundação da ASPAM, eu tinha vinte anos de idade, e ainda via o mundo com um olhar romântico, ainda multicolorido. [...] E um segmento de cientistas da Universidade Federal acabou criando uma organização chamada ASPAM, e eu estava lá no meio, como era eu estudante na época, eu, Marluce, Telma, a ONG foi criada pelo Clóvis. E essa entidade teve uma força enorme no Estado de Sergipe na época, depois o Clóvis viajou para os EUA para fazer a pós-graduação dele e eu fiquei como presidente durante uns seis anos, sete anos, eu acho. E nós tínhamos uma ação muito grande, principalmente em educação ambiental. Nós trabalhávamos muito nas escolas, nas escolas de periferia, no interior, nós tivemos algumas ações interessantes como o impedimento de um Festival de Caranguejo, que era um secretário de Turismo queria fazer na época. Imagina fazer um Festival de Caranguejo, turista de o Brasil todo vir comer caranguejo principalmente na época do caranguejo de leite, ia matar turista de dor de barriga por aí.

Essa organização da ASPAM deu a ela uma maior visibilidade perante à sociedade sergipana, coisa que o Pensar Verde não conseguiu. Na realidade, pelas palavras da sua principal liderança, “[...] nós não tínhamos uma noção da diferenciação, entre ONG, movimento e partido, na verdade parecia que tudo era uma coisa só [...]”. Em relação à organização Pensar Verde, pode-se dizer que o grupo pensava também em agir de forma democrática e que, em suas reuniões com diversos alunos do curso de Geografia da UFS, surgiram várias ideias de projetos. Mas tornou-se evidente que a falta de profissionalização e oficialização acabou atrapalhando o desenvolvimento do movimento. Outro fator que talvez tenha diminuído o interesse pela institucionalização foi o da fundação do Partido Verde em Sergipe, que contou com a presença tanto de voluntários do Pensar Verde, como de personagens que iriam fundar o MOPEC na década de 1991. A fundação do Partido Verde, e principalmente a presença dos fundadores do Pensar Verde, talvez tenha contribuído para a não institucionalização do movimento. Na ótica de Leff (2001, p.103), “[...] o ambientalismo mobiliza a arena política para estabelecer novas alianças, pactos e acordos, para a consecução dos objetivos comuns de diferentes grupos e setores sociais, respeitando a pluralidade política e a autonomia das organizações sociais”. Nessa disputa estratégica, a autonomia das organizações tornou-se difícil em Sergipe.

Quanto à disposição de cargos administrativos, a ASPAM era constituída pelo presidente, por um vice-presidente, tesoureiro, secretário, representante do conselho fiscal e membros das equipes. O cargo de presidente foi ocupado inicialmente pelo

¹¹ Daniele Melo é aluna da Universidade Federal de Sergipe, e ajudou na terceira entrevista com Genival Nunes; o material completo possivelmente será utilizado para outra pesquisa que será desenvolvida pela aluna em parceria com o autor desta pesquisa.

professor da UFS Clóvis Franco e depois pelo senhor Genival Nunes. Oficialmente, a ASPAM deixou de existir em 1996, embora desde 1994 o movimento estivesse um pouco “disperso”, fato verificado na análise dos jornais sergipanos.

Ainda em relação à ASPAM, são interessantes as palavras do senhor Genival Nunes:

[...] embora a gente não tivesse muita estrutura, porque era muito difícil sustentar naquela época, nós éramos estudantes e tudo mais, mas a ASPAM deu muito trabalho. E posteriormente criamos o Instituto Acauã, que aí foi uma OSCIP, com uma estrutura maior e que deu também uma contribuição muito importante e um testemunho vivo na luta pela preservação do Meio Ambiente do estado de Sergipe, tirando da cabeça das pessoas a ideia de que a ecologia, de que luta pelo Meio Ambiente era coisa secundária, coisa de maluco. Na época nós não tínhamos muitos profissionais envolvidos, a maior parte diretamente envolvida era biólogo e químico. Hoje você vê a ecologia espalhada em todos os segmentos, inclusive no jornalismo, psicologia ambiental, contabilidade ambiental, hoje o meio ambiente é transversal ao extremo.

Percebe-se a importância dada pelo Genival Nunes, à questão da estrutura e também do foco da atuação, pois através de dados coletados em outras entrevistas, ele acredita que se a ASPAM tinha uma estrutura mais organizada, com pessoas focadas exclusivamente na área ambiental, a potencialidade da ONG teria sido muito maior do que realmente foi. No caso do Pensar Verde, o senhor Reinaldo Nunes credita a falta de comprometimento de alguns participantes como fator fundamental para a falta de interesse, Nas palavras de Reinaldo: “[...] as pessoas naquele momento ainda não tinham despertado para a causa ambiental como existe hoje, normalmente tinham um conhecimento muito superficial do assunto”. Segundo ainda ele, o movimento Pensar Verde carecia de maior organização, nunca teve sede própria, as reuniões aconteciam em locais itinerantes, e contava com a ajuda de espaços de diretórios acadêmicos.

Embora seja interessante perceber o grau de interesses dos participantes dos dois movimentos (Pensar Verde e ASPAM), isso corrobora a perspectiva de Hannigan (2009), em função de todo um contexto institucional em que é possível identificar um processo de cientificação da problemática ambiental, devido à profissionalização das dimensões técnicas e científicas que foram fundamentais para a própria criação da identidade em Sergipe.

CONCLUSÕES

As organizações sergipanas na década de 1980 sofreram influência das ONGS transnacionais dos países centrais, que começaram a propor melhorias para a qualidade

de vida dos países do sul, a partir de um redimensionamento das políticas internacionais de desenvolvimento econômico. Essa ação nunca foi realizada, pois na prática, os problemas dos países periféricos estavam mais associados à corrupção, à desigualdade de renda e à má distribuição de verbas, resultando na fome, no analfabetismo, na mortalidade infantil; e contra esses problemas muito pouco foi feito através do auxílio das ONGs internacionais.

A evolução da “abertura” política influenciou as ações dos grupos ambientalistas, a volta do Estado democrático possibilitou entender um conflito em cima dos diversos interesses e particularidades do estado de Sergipe. A grande questão é que, embora em sua essência o movimento ambiental tenha surgido para se contrapor ao poder do Estado, observou-se que, em Sergipe, os movimentos ambientais (ONGs, Movimentos Sociais Organizados, Movimentos Sociais Desorganizados, Sindicatos, OSCIPS e Partidos Políticos) estiveram durante boa parte do período trabalhando em conjunto com a iniciativa pública.

Pode-se afirmar que as organizações não governamentais atuantes no estado de Sergipe tiveram um perfil “amador” em relação à estrutura organizacional e profissional quanto à coleta de dados técnicos para embasamento de discussões científicas, com grande representatividade e importância. Foi nesse embrião constitutivo que surgiu a institucionalização do debate ambiental, e os jovens envolvidos tiveram uma vida longa na área ambiental sergipana, tendo sido responsáveis por várias modificações que ganharam contornos mais profissionais, a partir da década de 1990.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios**. Campinas: Papirus, 2003.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão - O Nascimento das ONGs**. Editora Brasiliense. 2ª ed. rev. 1995.193p.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um Estudo Comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC. 1.ed, 2000.
- COSTA, Aloysio Teixeira. **Administração de entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, Regina Bega. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Edunesp, 1988.
- DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno um ensaio sobre a política da liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar / EDUSP, 1992.
- DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS, 1995. 358p. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

GIDDENS, A. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença. 3ª edição, 2001

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: 3ª edição. Loyola, 2003.

_____. **Movimentos sociais**: espaço de aprendizagem coletiva. Revista de Educação CEAP, Salvador, v. Ano 12, n. 46, p. 5-17, 2004.

_____. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-31, 2005.

_____. **Associativismo Civil e Movimentos Sociais Populares em São Paulo**. Ciências Sociais Unisinos, v. 44, p. 130-138, 2008.

_____. **Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina**. Cadernos do CRH (UFBA), v. 21, p. 439-455, 2008.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo, 1974-84. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Meio Ambiente e Redes Sociais**: Dimensões Intersetoriais e Complexidade na Articulação de Práticas Coletivas, 2000. Disponível em: <http://www.abdl.org.br>. Acessado em 21/05/2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KAUCHAKJE, S. **35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais**: permanências e

diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e na Unicamp. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 3, p. 113-132, 2010.

OTTMANN, Götz. **Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil**: uma abordagem cognitiva. In: Novos Estudos, n.º 41. São Paulo: CEBRAP, 1995.

Oliveira, Valéria M. S. **Movimento Social e Conflitos Socioambientais no Bairro América - Aracaju/SE**: o Caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente UFS-PRODEMA. São Cristovão, 2007.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. (Org.) **Vozes cidadãos**: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América latina. São Paulo: Angellara, 2004.

RIBEIRO, Marlene. **O caráter pedagógico dos movimentos sociais**. Serviço Social & Sociedade, n.º 58. São Paulo: Cortez, 1998.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice Ed, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

TORRES, Carlos Alberto. **Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

Viola, Eduardo J. **O Movimento Ecológico No Brasil (1974-1986)**: Do Ambientalismo à Ecológica. Texto encontrado em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm e acessado em 23/01/2008

Artigo recebido em 28/08/2012 e aceito em 10/09/2012